

Minuta

Reunião da Comissão Política, 15/12/2014, Sede da Rua da Palma, Lisboa

Presenças: Catarina Martins, Fabian Figueiredo, Helena Carmo, Humberto Silveira, Joana Mortágua, Cristina Andrade, Jorge Costa, José Gusmão, José Soeiro (através do Skype), Mariana Mortágua, Moisés Ferreira, Nelson Peralta, Pedro Filipe Soares, Pedro Soares, Sandra Cunha, Sara Schuh, João Carlos Louçã, Adelino Fortunato (que se ausentou no final do primeiro ponto).

Substituições: Marisa Matias por Cristina Andrade; Zuraída Soares por Nelson Peralta; Nuno Moniz por João Carlos Louçã.

Ordem de trabalhos:

- 1 – Preparação da Mesa Nacional de 11 de janeiro.
- 2 - Eleição do secretariado da CP.

1 – Preparação da Mesa Nacional de 11 de janeiro.

Foi discutida a situação política e a ação do Bloco de Esquerda nos próximos meses.

Além do debate da situação nacional e europeia, a MN deverá eleger as comissões nacionais de trabalho e autárquica e convocar uma conferência nacional de jovens.

O projecto de resolução da MN ficou a cargo de Fabian Figueiredo e José Gusmão, que o submeterão à reunião da CP no dia 5 de janeiro. Nessa reunião será definida data e local das próximas Jornadas Parlamentares, sob proposta do grupo parlamentar, bem como uma eventual iniciativa nacional do Bloco no primeiro trimestre de 2015, com data e características a precisar após consulta às distritais.

2 - Eleição do secretariado da CP.

Foi eleito por voto secreto o Secretariado da Comissão Política. A lista A, composta por Catarina Martins, Pedro Filipe Soares, Ricardo Moreira, Mariana Carneiro e Alberto Matos, obteve 15 votos a favor e uma abstenção.

Anexo

PROPOSTA DE ADELINO FORTUNATO

1) A sucessão de casos de corrupção, envolvendo membros do aparelho de estado ou mesmo diversos agentes políticos em ligação com figuras e interesses do mundo empresarial, levanta de novo a exposição do actual modelo de capitalismo, altamente financeirizado e liberalizado, às práticas clientelares fraudulentas baseadas no aproveitamento da livre circulação de capitais e dos paraísos fiscais. Desse ponto de vista trata-se de um modelo de corrupção muito articulado com os fundamentos

neoliberais da arquitectura financeira das economias contemporâneas e, por isso, não é um fenómeno passageiro. Os impactos destes casos sobre a opinião pública são profundamente desagregadores da credibilidade das instituições e o Bloco deve estar na primeira linha do combate contra a corrupção.

2) A vitória de António Costa nas primárias do PS parece ter aberto um novo ciclo nas expectativas de muitos cidadãos, à procura de uma figura e de uma alternativa que funcione como âncora no confronto com o carácter antipopular da política de austeridade do governo. No entanto, a prisão de Sócrates veio ensombrar esse caminho aparentemente seguro em direcção a uma maioria absoluta, fragilizando ainda mais o panorama do PS no médio prazo. Costa procura tirar partido do programa europeu de relançamento do investimento montado por Junker e da luta pela flexibilização dos compromissos em torno do défice público. Mas os constrangimentos da dívida externa, a recessão e as necessidades objectivas da economia alemã irão limitar drasticamente a sua margem de manobra. Entalado entre um enquadramento internacional que o tornará executante da política de austeridade e o descrédito das instituições que pode desencadear a impaciência dos cidadãos e as hipóteses de revolta, o PS virá em breve a experimentar sérias dificuldades. O Bloco deve preparar-se desde já para aproveitar os efeitos deste trajecto.

3) Neste quadro a luta contra a corrupção e a luta contra a austeridade são duas faces do mesmo combate e o Bloco deve promover e envolver-se em todas as iniciativas em curso e plataformas que contemplem estes dois objectivos da luta social e política. Deste ponto de vista o Bloco volta a ter uma oportunidade para fugir ao isolamento e ao declínio de influência se for capaz de dialogar com os grupos e movimentos que vão procurando lançar-se na cena da luta política, como é o caso do Juntos Podemos e outras iniciativas cidadãs.

4) Dando eco a este conjunto de preocupações o Bloco deve desde já lançar-se na criação de um Fórum Social Contra a Corrupção, agrupando especialistas, activistas, personalidades, grupos de intervenção e partidos políticos que estejam disponíveis para integrar esta iniciativa. O lançamento deste projecto seria feito por uma conferência acerca do crime económico, do enriquecimento ilícito e de outras formas de corrupção, convocada por um conjunto politicamente diversificado de figuras públicas, retirando assim à direita e aos populistas o exclusivo nesta matéria, incomodando o PS, desafiando o PCP e criando uma dinâmica de articulação com os movimentos sociais.